

Pacote lançado em 96 caiu no esquecimento

Economia - Brasil

Apesar dos discursos e das intenções, as medidas para reduzir o déficit não saíram do papel

Rossana Alves e Maria Luiza Abbott

• BRASÍLIA. Demissão de servidores não-estáveis, de funcionários que acumulam aposentadoria com emprego público, cobrança de mais de R\$ 1 bilhão de dívidas em impostos atrasados, venda de imóveis da União no valor mínimo de R\$ 500 milhões, entre outras medidas. Este não é o pacote anunciado pelo Governo segunda-feira passada, mas os cortes de gastos prometidos pela equipe econômica há um ano. Dos R\$ 6,5 bilhões de ganhos prometidos para 1997, quase a metade não se concretizou, pois as medidas, apesar dos discursos, não saíram do papel.

Na sexta-feira da semana passada, o Governo já recuou duas vezes numa de suas medidas mais impopulares. Primeiro informou que, ao contrário da previsão inicial de demitir 33 mil funcionários sem estabilidade garantida pela Constituição, o número de dispensados será menor. Qual será, o Governo não sabe ainda, porque depende de um recadastramento dos 512 mil servidores federais que, por incrível que pareça, nunca foi feito. Em segundo lugar, devido ao recadastramento, as demissões só poderão começar em fevereiro ou março, e não mais em janeiro. Muita gente já duvida que o Governo vá mesmo colocar na rua mais de 30 mil eleitores a poucos meses da eleição de 98.

Assim como o último pacote, o do ano passado também foi anunciado com estardalhaço. Participaram da cerimônia do dia 11 de outubro de 96, os ministros da Fazenda, do Planejamento, da Previdência e da Administração. O objetivo era garantir um superávit primário (que exclui despesas com juros) de 1,5% do Produto Interno Bruto (PIB) este ano. Os últimos dados do Banco Central indicam que o superávit acumulado nos 12 meses até setembro estava em 0,68% do PIB. Ao contrário do que acontece com as reformas administrativa e da Previdência, a responsabilidade pelos resultados fracos não pode ser atribuída ao Congresso.

Intenção de demitir servidores não-estáveis vem de longe

Entraves jurídicos, administrativos e a resistência da burocracia impediram que várias medidas fossem adotadas. Há quase dois anos, o Governo preparou um levantamento dos funcionários que não têm estabilidade garantida pela Constituição. Desde então, vem anuncianto a demissão de, pelo menos, uma parte deles. Essa intenção foi reafirmada no pacote do ano passado para trazer uma economia de R\$ 385 milhões por ano, se metade fosse dispensada.

O problema é que até o Ministério da Administração era contra essa medida. O ministro Bresser Pereira tem repetido

que não há excesso de pessoal no serviço público federal e que não se pode pôr na rua quem vai fazer falta depois. Além disso, boa parte dos não-estáveis tem alta qualificação profissional, o que obrigaria o Governo a contratar novos funcionários. Outra dificuldade é que, para saber onde estão os demissíveis, o ministério depende de informações da burocracia, que tende a sonegar-las.

Outra medida do pacote de 96 teve que ser incluída na lista deste ano: a demissão de servidores aposentados que continuam trabalhando na administração direta. O corte dependia de um recadastramento dos aposentados e pensionistas da União que só será concluído este ano. Depois disso, os que forem recadastrados terão prazo até abril para optarem entre o emprego e a aposentadoria. Apesar das dificuldades, o ministério conseguiu uma economia efetiva de R\$ 1,4 bilhão na folha de pagamentos anual, graças a diversas auditorias e controles que implantou.

Uma das promessas mais ousadas, a cobrança de débitos tributários já inscritos na dívida ativa da União, ficou praticamente na estaca zero. A previsão era de uma arrecadação de R\$ 1 bilhão este ano, mas quase nada foi obtido. Uma explicação é que o Governo não conseguiu contratar os 600 novos procuradores da Fazenda necessários para apressar o andamento dos processos.

Dos sete mil inscritos no concurso público, só 95 foram aprovados na primeira fase e ainda terão que se submeter a uma segunda prova no fim deste mês.

— Foi uma frustração. No ano que vem vamos ter que fazer outro concurso com regras mais flexíveis — justificou o procurador-geral da Fazenda Nacional, Luiz Carlos Sturzenegger.

Previsão de se obter R\$ 500 milhões com imóveis não se confirma

Outra frustração foi a tentativa de fazer com que os cerca de três milhões de imóveis da União rendessem alguma coisa ao Tesouro. O pacote prometia uma receita de R\$ 500 milhões este ano, que cresceria nos anos seguintes com a regularização da cobrança de taxas por uso desse patrimônio. O fracasso foi tal que o Governo optou por aperfeiçoar a medida no pacote recente, mas, cauteloso, não promete ganhos.

Desta vez, ficou decidido que o Conselho Nacional de Desestatização encaminhará ao BNDES a contratação de uma consultoria para traçar um modelo que permita o aluguel e a venda de imóveis da União. Hoje, o Governo federal não sabe sequer quantos eles são. Só a Rede Ferroviária Federal tem 22 mil imóveis que poderiam render cerca de R\$ 4 bilhões, se fossem vendidos, segundo informações do Ministério dos Transportes. ■